

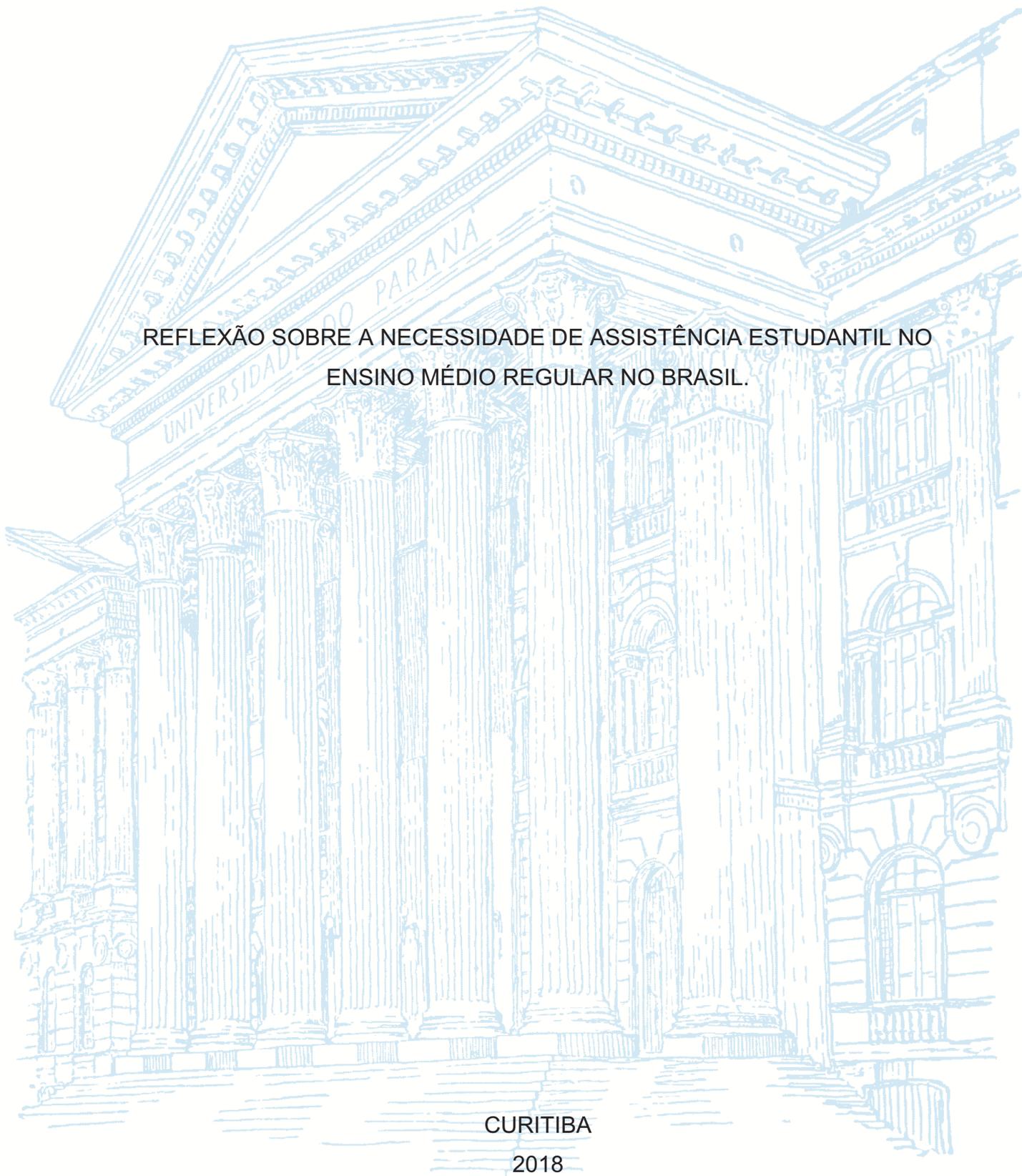
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SONIA KAMINSKI DE SOUZA

REFLEXÃO SOBRE A NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO
ENSINO MÉDIO REGULAR NO BRASIL.

CURITIBA

2018



SONIA KAMINSKI DE SOUZA

REFLEXÃO SOBRE A NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO
ENSINO MÉDIO REGULAR NO BRASIL.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Políticas Educacionais.

Orientador(a): Prof(a).Dr(a). Mônica Ribeiro da Silva.

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

SONIA KAMINSKI DE SOUZA

REFLEXÃO SOBRE A NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO
ENSINO MÉDIO REGULAR NO BRASIL.

Monografia apresentada e aprovada no Curso de Especialização em Políticas
Educaionais, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.



Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza
Coordenador do curso

Dedico esta pesquisa a todos os jovens brasileiros que ainda tem seus direitos sociais negados.

“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério. O jovem no Brasil nunca é levado a sério.” (Champignon, Chorão, Negra Li e Pelado.)

RESUMO

Esta monografia faz uma reflexão sobre a necessidade da assistência estudantil para jovens do ensino médio, levantando a trajetória escolar e o contexto social de dois grupos de jovens, primeiro grupo de alunos entre 14 e 24 anos que reprovaram durante esta etapa ou abandonaram o colégio e retornaram a estudar e um segundo grupo de jovens na mesma faixa etária que desistiram dos estudos durante o ensino médio regular e permanecem longe dos bancos escolares. As análises de deram por meio de entrevistas semiestruturadas gravadas e transcritas neste trabalho. Além das entrevistas esta monografia conta com uma pesquisa documental e bibliográfica acerca da realidade do ensino médio e o histórico da assistência estudantil para estudantes brasileiros. O objetivo da pesquisa foi apresentar resultados de entrevistas com estes indivíduos e levantar as carências destes seres de direitos sociais, buscando entender os principais motivos de altas taxas de reprovação e abandono escolar nesta etapa. Apesar de existir debates sobre o ensino médio corre-se o risco de criação de monólogos, sem voz dos jovens, assim a presente pesquisa busca criar um diálogo com os estudantes, analisando, a partir destes sujeitos, qual a necessidade de políticas de assistência estudantil e como a ausência destas ações podem interferir na qualidade do ensino ofertado. A partir da contextualização histórica e entrevistas esta pesquisa que tem como seu principal objetivo a defesa dos jovens como sujeitos de direitos observou um cenário que não está preparado para dar vez o voz a estes indivíduos, afastando os jovens de seus direitos e de se construírem como sujeitos políticos de direitos e deveres, muitas vezes enquadrando-se no estereótipo social de culpado pelo fracasso escolar.

Palavras chaves: Educação; ensino médio; assistência estudantil; políticas educacionais.

ABSTRACT

This monograph reflects on the need for student assistance to high school students, raising the school trajectory and social context of two groups of young people, the first group of students between 14 and 24 years old who failed during this stage or left school and returned to study and a second group of young people in the same age group who dropped out of high school studies and stayed away from school benches. The analyzes gave through semi-structured interviews recorded and transcribed in this work. In addition to the interviews, this monograph has a documental and bibliographical research about the reality of secondary education and the history of student assistance for Brazilian students. The objective of the research was to present results of interviews with these individuals and to raise the needs of these social rights beings, seeking to understand the main reasons for high rates of disapproval and dropout at this stage. Although there are debates about high school, there is a risk of creating monologues, without voices of young people, so the present research seeks to create a dialogue with students, analyzing, from these subjects, the need for student assistance policies and how the absence of these actions may interfere with the quality of the education offered. Based on historical contextualization and interviews, this research whose main objective is the defense of young people as subjects of rights observed a scenario that is not prepared to give voice to these individuals, removing the youth from their rights and building themselves as political subjects of rights and duties, often falling into the social stereotype of being blamed for school failure.

Keywords: Education; high school; student assistance; educational policies.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AE - Assistência Estudantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 METODOLOGIA.....	13
2 JUVENTUDE X JUVENTUDES. UM OLHAR PARA OS JOVENS BRASILEIROS.	14
2.1 ENSINO MÉDIO DO BRASIL X JUVENTUDES.....	17
3 A HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL	24
3.1 A RELAÇÃO DA PERMANÊNCIA ESCOLAR COM A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	32
4 O CENÁRIO DO ENSINO MÉDIO REGULAR. UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DO OLHAR DOS JOVENS.....	37
4.1 RESULTADO DA PESQUISA	37
5 CONCLUSÕES	47
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário do ensino médio regular no Brasil é marcado por mudanças mal estruturadas e com baixo financiamento, o que causou um ambiente que não consegue cumprir com o objetivo e dever de ofertar a educação básica de qualidade aos jovens que dela gozam. O resultado deste cenário são altas taxas de abandono e reprovação dos alunos do ensino médio, causando uma preocupação para a sociedade.

Segundo Pereira e Lopes (2016, p.201) a educação anda e sempre andou atrelada às transformações sociais, culturais, históricas, econômicas e políticas do país, ou seja, entender o sentido que a escola ocupa na vida dos jovens significa entender que eles estão dentro de uma instituição, inclusos e pertencentes a uma sociedade, que está inserida em um sistema com uma estrutura social estabelecida por interconexões e interferências, o qual influencia os processos educacionais desses jovens e os sentidos e significados atribuídos à escola por eles.

Porém, ao analisarmos a realidade é possível observar que o ensino médio não é visto como uma etapa em si, mas sim como um preparatório para o ensino superior ou melhores condições de trabalho, com isto, esta pesquisa busca analisar como estudantes do ensino médio e jovens que abandonaram a escola sem concluí-la entende a escola em que vivem a quais as principais dificuldades enfrentadas por eles. Dayrell (2003), nos fala que ao compreendermos a juventude a o ensino médio como uma transitoriedade para vida adulta e para o ensino superior estamos negando a importância do seu presente, produzindo um entendimento do que sua vida pode “vir a ser”, esquecendo o que ela “já é”. Reduz assim o ensino médio e a fase da juventude como uma obrigação sem sentido.

Diante disso a pesquisa busca analisar a necessidade da assistência estudantil para os estudantes do ensino médio, como os jovens vêm a educação e a escola no ensino médio, buscando criar um diálogo e não um monólogo das dificuldades destes indivíduos e de suas demandas educacionais para a diminuição das taxas de abandono e reprovação extremamente alta na última etapa da educação básica.

O grande objetivo da pesquisa é elucidar o atual cenário do ensino médio regular brasileiro, levantando taxas de evasão escolar, abandono e repetência de jovens entre 14 e 24 anos por meio de análise de dados oferecidos em sites oficiais e proporcionar uma reflexão em torno da necessidade da Assistência estudantil para

os estudantes. Para tal, pesquisa traz entrevistas realizadas com dois grupos de jovens, um grupo composto por alunos que estão matriculados e frequentando o colégio após reprovar ou abandonar os estudos durante o ensino médio e o segundo grupo de jovens que se encontram em situação de abandono escolar, os dois grupos na faixa etária entre 14 e 24 anos. As entrevistas realizadas neste trabalho buscam conversar com os dados e com os autores referenciados para entender-se quais motivos estão afastando nossos jovens do ensino médio e como a assistência poderia interferir na diminuição dessas taxas.

Com isso o trabalho se divide em cinco capítulos sendo o primeiro a presente introdução. O segundo capítulo busca contextualizar o conceito de juventudes, no plural, entendo-a como uma construção social e heterogênea, apresentando-se assim em uma ampla diversidade de viver a juventude não limitando-se a uma fase cronológica e não sendo igual a todos os jovens, relacionando esta diversidade de juventudes com as atuais políticas, escolas e realidade do ensino médio brasileiro que ainda apresenta-se mal estruturado e mal financiado ausente de políticas para acompanhar as transformações da sociedade e principalmente da educação, assim acaba por proporcionar um modelo ainda pensado para jovens homogêneo, alfabetizados, com mesmos sonhos e ideais e de famílias com maiores poderes econômicos, modelo este que, desde os anos 90 com a expansão do ensino médio, não é a realidade social, econômica e política do país.

No terceiro capítulo encontramos a trajetória histórica da assistência estudantil – AE para estudantes brasileiros, tendo um início marcado pelo atendimento da elite brasileira que possuía condições de mandar seus filhos para estudarem na França, atendendo-os na Casa do Estudante Brasileiro em Paris. Em seguida é criada a primeira Casa do Estudante no Brasil, no Rio de Janeiro em 1930, ainda com atendimento para alunos do curso superior, porém agora com um caráter emergencial e focal para alunos com maiores necessidades econômicas, marcado pela emergência da modernização, esta fase foi marcada pela constituição da UNE- União Nacional dos Estudantes que tornou-se um dos maiores movimentos sociais em pró da AE, nos dias de hoje observamos a AE apenas para estudantes da rede federal de ensino, observando as escolas que ofertam ensino médio na rede pública, 20.040 escolas, apenas 517 são federais, o que corresponde menos de 3 % das instituições que atendem jovens de ensino médio, ou seja, temos 97% da oferta do ensino médio sem assistência estudantil. O capítulo traz ainda o embate sobre as

discussões teóricas em torno do conceito ideal de AE que foram se construindo historicamente, trazendo um pouco sobre a AE como um direito social versus um auxílio em caráter focal. Para finalizar o capítulo a pesquisa compara algumas falas e dados de alunos da rede federal que contam com a AE, tentando aproximar este contexto de assistência estudantil com o ensino médio e elucidar a importância da pesquisa.

Em seu quarto capítulo a monografia apresenta as entrevistas dos jovens selecionados para a pesquisa, mostrando a realidade dos que ainda frequentam o ensino médio regular em uma escola da região periférica e de um outro grupo de jovens que, até o momento da pesquisa, decidiram por não voltar a estudar. O capítulo traz falas dos jovens sobre seus motivos para terem abandonado e/ou reprovado a escola e posteriormente retornarem aos bancos escolares, relatando suas dificuldades, desmotivações e motivações, realidade social, econômica, educacional e cultural. No segundo as entrevistas revelam também seus motivos para não estarem matriculados no ensino médio.

Além destes relatos é possível encontrar nas falas dos alunos suas visões sobre o ensino médio e as escolas que estudam/estudaram, seus maiores obstáculos e quais possíveis ações em forma de AE, segundo os olhares dos entrevistados, poderiam existir para melhorar a qualidade do ensino médio regular no Brasil.

Com isso, em seu quinto capítulo, a pesquisa traz suas considerações finais sobre a pesquisa, revelando um quadro preocupante sobre o olhar do jovem para com seus estudos e principalmente com a escola que frequentam. É possível observar jovens preocupados com seus futuros e insatisfeitos com suas vidas educacionais e com as escolas que lhes são oferecidas, porém, estes mesmos indivíduos, em sua maioria, não são reconhecidos como sujeito de direitos pela sociedade e pela política, como consequência não se reconhecem como tal. Esta situação gera um conflito entre saber sobre as faltas políticas em suas vidas educacionais, versus não se reconhecerem como sujeitos políticos ativos e de direitos sociais.

1.1 METODOLOGIA

Este trabalho contou com pesquisa bibliográfica em livros e artigos periódicos, além de documentos oficiais e nas legislações brasileira acerca de contextualizar e conceituar o objeto de estudo do trabalho, a assistência estudantil para jovem do ensino médio. Para tal, foi preciso fazer um levantamento histórico de como se expandiu o ensino médio brasileiro e em quais condições, conceituar o público desta etapa de ensino para compreender quais suas reais necessidades e por fim analisar a trajetória da AE no Brasil, compreendendo seus objetivos e finalidades para que fosse possível cruzar sua política com a política do ensino médio regular do Brasil, visto que nesta etapa não existe nenhuma AE para atendimento dos estudantes matriculados.

Após levantamento destes elementos a pesquisa realizou uma busca em sites oficiais como IBGE e INEP para compreender e elucidar o atual cenário do ensino médio, levantando taxas de matrículas, evasão, idade/série entre outros elementos importantes para esta monografia. Com este material foi possível fazer uma pesquisa comparativa com uma dissertação do banco de dados da UFPR, comparando alunos do IFPR que possuem AE versus o que não possuem, conseguindo aproximar o cenário com o aqui estudado, o médio regular da educação básica.

Por fim, a pesquisa entrevistou dois grupos de jovens entre 14 e 24 anos, o grupo A, aqui tratado, composto por jovens que em algum momento do ensino médio reprovaram ou abandonaram a escola, mas voltaram a estudar. E o grupo B, de jovens na mesma faixa etária que abandonou os estudos durante a etapa estudada e continuam fora dos bancos escolares. As entrevistas foram gravadas e transcritas no último capítulo desta pesquisa, com uma abordagem semiestruturada, buscou-se a partir dela construir o atual cenários destes jovens, levantando suas dificuldades, como eles percebem a escola em sua vida e possíveis futuras políticas que conseguissem atender, parte, desta demanda.

2 JUVENTUDE X JUVENTUDES. UM OLHAR PARA OS JOVENS BRASILEIROS.

Existem muitas abordagens sobre a configuração individual e coletiva que assume a categoria juventude. Segundo as organizadoras do livro *Juventude e Ensino Médio: sentidos e significados da experiência escolar*, Oliveira e Silva (2016) jovens são sujeitos que frequentam a escola, a aceitam e ao mesmo tempo a negam, co-constructores dos modos como a escola reproduz e é representada. Para a Unesco, “a juventude tem significados distintos para as pessoas de diferentes estratos socioeconômicos e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias” (OLIVEIRA; SILVA, 2004, p.26).

A juventude não é e não pode ser tratada como um processo exclusivamente cronológico, como algo que acontece após a infância e anterior a vida adulta, anulando as condições culturais e sociais dos sujeitos. Segundo Oliveira e Silva:

Essa abordagem restrita potencializa as estereótipias a partir das quais se naturaliza e padroniza a condição como construção marcada por itinerários diferenciados, relacionados às condições históricas e sociais em que cada sujeito se situa em relação aos outros e a si próprio. (SILVA; OLIVEIRA, 2016, p.8).

Compreende-se então a juventude não como algo imutável, mas sim como uma construção social de juventudes, no plural, percebendo e reconhecendo a diversidade de condições em que estes jovens produzem e reproduzem identidades variadas. Neste contexto Weishemer (2013, p.82) relata que é importante compreender que os critérios para delimitar a juventude não são naturais, mas sim sociais, mostrando que a juventude é uma construção social.

Neste sentido Oliveira e Silva (2016, p.8) nos trazem uma compreensão que observar a juventude no singular, expressa uma condição geracional ou populacional; e no plural, *juventudes*, nos possibilita reconhecer os sujeitos em face da sua heterogeneidade: de classe, gênero, cor, raça, etnia, credo, enfim, da diversidade de condições em que os jovens produzem suas identidades e, a partir delas, se relacionam como o ‘mundo da escola’.

Segundo Oliveira (2016, p 20) “A juventude é uma categoria que ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos” e reafirma a importância de ressaltar a noção de juventudes no plural para enfatizar a diversidade

de modos de ser jovem existente. Para o autor as condições sociais, a diversidade cultural, a diversidade de gênero e até mesmo as diferenças territoriais “se articulam para a constituição das diferentes modalidades de se vivenciar a juventude”. (OLIVEIRA, 2013, p.20). Logo, quando pensamos nos jovens do Ensino Médio, estamos pensando em sujeitos vivenciando diferentes juventudes em processo de construção identitária. Gelbcke e Stoski (2016, p.33) complementa falando que não é possível pensar numa escola que atenda aos sujeitos em sua integridade sem reconhecer quem são esses sujeitos. Assim é necessário pensar sobre a ideia de juventudes presente dentro da escola, para saber qual ambiente educacional é necessário construir.

Para Dayrell (2007, p. 1117) “o jovem tende a ser visto na perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade...o que torna mais difícil para a escola perceber que ele é de fato, o que pensa e é capaz de fazer”, o autor ainda completa dizendo que a escola tende a não reconhecer o “jovem” existente no “aluno”, muito menos compreender a sua diversidade, seja étnica, sexual, de gênero, entre outras expressões que o jovem apresenta. Ao analisarmos esta relação entre a juventude e a escola, é importante lembrar que é nesta fase que o sujeito começa a se perguntar o que quer fazer da vida e para onde vai, é crucial então que a escola compreenda a realidade do sujeito dentro de sua diversidade para que se consiga estabelecer um diálogo entre a escola e as diferentes juventudes apresentadas:

Identificar o aluno como jovem sugere o reconhecimento de que este, ao entrar na escola, traz consigo uma diversidade sociocultural com suas demandas e necessidades específicas, mas também na origem social e cultural, no gênero, no pertencimento étnico racial e nas experiências vividas, dentre outras variáveis, que interferem direta ou indiretamente nos modos como tais juventudes vão lidar com a sua escolarização e construir sua trajetória escolar. (STOSKI; GELBCKE 2016, p.36).

Não significa tratar os jovens como iguais, mas sim de reconhecê-los em suas especificidades, reconhecê-los como jovens, em sua diversidade, um momento de construção de identidade, de projeções de suas vidas, autonomia, inclusão e reconhecimento social, para assim, oferecer o que cada um necessita.

Dayrell (2007, p.1108) nos traz, que além das condições culturais é necessário situar-se as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho que, no

Brasil, vem alternando as formas de inserção dos jovens no mercado, principalmente os jovens das camadas populares que se veem em meio ao desemprego, desassalariamento e uma geração de postos de trabalho precários, delimitando assim o universo de suas experiências e possibilidades. O autor ressalta ainda que é importante situar o lugar social desses jovens, o que pode determinar, em partes, os limites e possibilidades que estes constroem uma determinada condição juvenil. “Nesse contexto mais amplo, a condição juvenil no Brasil manifesta-se nas mais variadas dimensões” (DAYRELL, 2007, p. 1108).

Além da importância de se olhar para as condições dos diversos contextos da juventude, observa-se aqui a necessidade de um olhar para as carências dos diversos contextos que estes jovens estão inseridos. Para Dayrell (2007) é importante situar do lugar social destes jovens, que vai determinar, em partes, as possibilidades e dificuldades com quais constroem suas vidas. O autor faz uma reflexão sobre os jovens das camadas populares, que enfrentam ao lado de sua condição da juventude a da pobreza, criando uma dupla condição, que para Dayrell (2007) interfere diretamente na trajetória de vida e de possibilidades destes jovens “Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro.” (DAYRELL, 2007, p.1109).

Sposito e Carrano (2003, p.17) fazem uma reflexão dentro do contexto que as juventudes estão inseridas em nossa sociedade e mostram que no Brasil até os anos 2000 os jovens eram abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, porém, ainda não existe um reconhecimento em torno da relevância dos jovens na sociedade brasileira.

O conceito do termo juventudes é composto por uma vasta possibilidade de realidades, isso mostra a importância das instituições que acolhem esses indivíduos pensarem nestas possibilidades e abrir espaço político para que os jovens possam mostrar suas necessidades, realidades e suas perspectivas de futuro.

Uma das hipóteses deste estudo é que o peso do contexto socioeconômico e cultural dos jovens e a ausência de políticas de assistência estudantil pensadas para o ensino médio é um dos grandes fatores que levam os jovens a abandonarem a escola. Segundo Dayrell e Jesus (2016, p.409) idade, gênero, raça, o fato destes jovens serem, em grande maioria, filhos de trabalhadores desqualificados, entre outros aspectos, são dimensões que interferem na trajetória escolar de cada um

deles. Os autores ainda trazem a reflexão sobre o senso comum que atribui a trajetória escolar precária dos jovens e até mesmo seus comportamentos a sua realidade social, mais claramente falando, pelo fato da maioria ser pobre. É importante ressaltar que o objetivo desta pesquisa não é levantar uma reflexão sobre a desigualdade social no Brasil, mas é necessário levantar o perfil dos jovens que frequentam os bancos escolares da última etapa da educação básica para poder entender qual as necessidades precisamos atender para cumprir o objetivo da universalização do ensino médio no Brasil, inclusive para além do acesso, conseguindo contemplar também a permanência e conclusão desta etapa.

2.1 ENSINO MÉDIO DO BRASIL X JUVENTUDES

Historicamente o Brasil possui uma dívida com o Ensino Médio. Um estudo feito por Torres, França, Teixeira, Camelo e Fusaro (2013) traz um pouco sobre o crescimento do Ensino Médio a partir dos anos 70. Segundo os autores, “O ensino médio apresentou um crescimento importante no Brasil a partir dos anos 1970, embora essa expansão tenha se dado de forma desigual ao longo do tempo e sobre bases iniciais muito baixas” (TORRES; FRANÇA, TEIXEIRA; CAMELO; FUSARO, 2013, p.17). O estudo ainda traz dados que mostram um aumento da taxa de matrículas para uma média de 9,7 % ao ano entre os anos de 1971 e 1980, porém estas taxas despencaram aos longos dos anos 1980 até 1995 para 4,1%, retomando o crescimento para 7,3% até 2001. Para Gouveia:

As principais causas da interrupção do ritmo de crescimento em Ensino Médio implementado e a baixa qualidade da educação obrigatória, resultando em altas taxas de repetência e consequente obstrução de fluxo de alunos. Para os segmentos de baixa renda, o grande desafio limita-se à conclusão de Ensino Fundamental e, mesmo assim, eram poucos bem sucedidos. (GOUVEIA; 2009, p. 123 *apud* TORRES; FRANÇA; TEIXEIRA; CAMELO; FUSARO, 2013, p. 17)

Com o crescimento das taxas de matrículas durante os anos 70 e com as condições existentes a estratégia implementada foi à expansão do ensino médio noturno, utilizando para isso as escolas do ensino fundamental que ficavam vazias a

noite. Segundo Gouveia (2009) *apud* Torres, França, Teixeira, Camelo, Fusaro (2013, p.17) em 1999 o ensino médio noturno representou 61% da oferta total do ensino médio, o que para Torres, França, Teixeira, Camelo, Fusaro (2013, p. 17) foi muito problemático do ponto de vista educacional, já que, todas estas mudanças aconteceram em um cenário problemático e incompleto, que buscava atender maior número de matrículas, mas com ausência de políticas de permanência e qualidade para os alunos, que de certa forma compactuava com a expectativa da entrada do aluno baixa renda no trabalho e que não possuíam os estudos como prioridade. Ainda observando o estudo referenciado:

A expansão observada entre 1971 e 1995 trouxe toda uma nova geração de desafios para um nível de ensino, relativamente, mal financiado e estruturado: o novo alunado de menor renda ingressante do Ensino Fundamental tinha níveis médios de desempenho escolar muito mais baixos do que os observados no passado, com deficiências claras em leitura e Matemática, como os resultados brasileiros no PISA ilustram claramente; o Ensino Médio teve de se expandir em condições de financiamento limitadas, com a maior parte dos governos estaduais ainda empenhados no desafio da universalização do Ensino Fundamental; o ensino noturno trazia agravantes adicionais ao ponto de vista didático, com impactos sobre o tamanho da carga horária e para a capacidade de aprendizado. (TORRES; FRANÇA; TEIXEIRA; CAMELO; FUSARO, 2013, p.18)

Nesse contexto histórico do ensino médio no Brasil, observa-se o fracasso explícito na ausência de políticas pensadas para qualidade e permanência do jovem na escola, principalmente para a classe trabalhadora e de baixa renda que vem sofrendo com a baixa qualidade do ensino oferecido como consequência de reformas e mudanças mal estruturadas. “Nesse cenário, o acesso, sobretudo a permanência dos estudantes nas escolas a fim de concluírem seus estudos, não vem sendo alvo de políticas públicas efetivas do Estado” (BATISTA; OLIVEIRA; SOUZA, 2009, p.16)

Nesse contexto, Melo, (1987) *apud* Batista; Souza; Oliveira, (2009) mostra que as crianças e jovens pobres são as que mais repetem e abandonam a escola. Qual a explicação deste problema continuar acontecendo em larga escala no ensino médio com um número significativo de jovens das classes menos favorecidas economicamente.? Para Batista e Souza (2009, p.5) o desafio é possibilitar aos jovens instrumentos que lhe permitam romper com o ciclo da pobreza no qual estão inseridos, que lhe possibilitem participar ativamente enquanto atores sociais,

protagonistas e cidadãos, dos bens culturais e econômicos produzidos pela e na sociedade. Não se trata aqui de buscar culpados, mas sim alternativas que possam permitir a compreensão dos fatores externos que interferem de forma significativa no processo educativo.

Atualmente a Lei de Diretrizes e base 9.394/96 estabelece como direito do cidadão e obrigação do Estado a educação básica de zero a dezessete anos, e assegurado também sua oferta aqueles que não tiveram acesso à educação escolar na idade própria, ancorada pela Constituição Federal de 1988 que traz a educação como um direito social, qual mostra em seu artigo 206 princípios sob quais deve se dar a educação, entre eles:

“...a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; a valorização dos profissionais do ensino; a gestão democrática da educação pública; a garantia de padrão de qualidade. CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988.

Encontramos também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, art 3º) o ensino médio como um direito social do indivíduo e dever do estado na sua oferta pública e gratuita a todos. O Ensino Médio, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9394/96) representa a última etapa da educação básica, a qual segundo Stoski e Gelbcke (2016, p.33) “apresenta desafios relacionados aos seus objetivos e características que dificultam definição de uma identidade própria para esta etapa de ensino” e complementam trazendo uma reflexão sobre o histórico do ensino médio no Brasil, colocando a mostra sua dualidade nas concepções de ensino, de um lado a preparação para o mercado de trabalho e, de outro, o ensino que visa a preparação dos jovens para o ensino superior.

Conforme a LDB, as finalidades de consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; de preparação básica para o trabalho; de formação ética, de desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do educando; de compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos (Art. 35). (SILVA, 2016, p.3).

Uma outra grande característica do Ensino Médio é o atendimento de uma categoria heterogênea e participantes da população economicamente ativa do país. Segundo Stoski e Gelbcke (2016, p.33) o ensino médio atende estudantes de diversas origens sociais, etnias, idades, gêneros, sexualidade, etc. Além disso, existem mais jovens estudando e trabalhando do que apenas estudando, para as autoras, tais características somadas ao crescente aumento de abandono escolar demandam uma reformulação das políticas pensadas para o ensino médio, para amenizar as situações controversas encontradas no cotidiano escolar.

Para Krawczyk (2011) *apud* Stoski e Gelbcke (2016, p.44) uma das razões para uma evasão escolar tão acentuada nesta etapa da educação básica, está relacionada a uma crise de legitimidade da escola e da falta de motivações para os alunos continuarem estudando. Para Coelho e Garcia (2016, p.163) é naturalizado a questão do abandono como culpa do indivíduo, do fracasso do aluno, “seja pela sua condição socioeconômica, seja pela falta de acompanhamento familiar, desnutrição, desinteresse, necessidade de trabalhar”.

Porém, o atual modelo de ensino médio regular no Brasil conta com uma ausência de políticas de assistência estudantil, desconsiderando assim as diferenças entre os jovens, sejam elas econômicas, sociais, culturais, de gênero, etnia, etc. Coelho e Garcia (2016, p.164) ainda afirmam que a escola não sabe lidar com a heterogeneidade social, eliminando depois de alguns anos mais de $\frac{3}{4}$ dos que nela ingressaram.

Sem negligenciar as inúmeras dificuldades de ampliação das dotações orçamentárias para as políticas públicas sociais, admite-se que o desafio maior é, contudo, inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista. Essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e como interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas. (CARRANO; SPOSITO, 2003, p.37)

Nesse contexto a relação do conceito de juventudes com o histórico do ensino médio no país mostra uma falha, ou no caso, ausência de políticas públicas pensadas para essa heterogeneidade social, fazendo com que os jovens não se identifiquem com a escola, ou além disso, não tenham meios que os condicionem a permanecer nos bancos escolares. Levantando uma questão sobre o porquê os

jovens estão deixando o sistema de ensino, será uma questão de escolha ou de oportunidades?

Segundo Kreczkiuski (2016, p.7) O termo “evasão escolar” não se refere apenas ao fato de o aluno não querer mais frequentar a escola, fugir ou escapar. O termo refere-se a diversas situações que podem causar a não permanência do estudante na escola, como a desistência, o abandono, trancamento de matrícula, retenção por frequência ou conteúdo, onde cada situação possui uma representatividade diferente de acordo com o nível, o curso, a instituição ou o sistema.

[...]Outras causas que podem contribuir para a evasão escolar: [...] estrutural (localização da residência, transporte, estágio); econômica (horário de trabalho, desemprego, problemas financeiros); cultural (influência de crenças e hábitos); social (problemas de relacionamento); conjuntural (saúde, não gostar do curso, não adaptação); educacional (despreparo dos alunos)” (ARAÚJO; SANTOS, 2012, p. 7)

Observando as causas que levam o aluno a abandonar a vida estudantil, quais seriam então os caminhos para reverter tal situação? Não se referindo somente ao abandono escolar, mas também aos outros problemas enfrentados pelo ensino médio. Segundo Silva (2015), professora e coordenadora do observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná – UFPR, além das questões de ordem pedagógica e internas das escolas, há razões de ordem econômica que obrigam cerca de 2 milhões de jovens de até 17 anos a trabalharem. A professora ainda cita que só do primeiro para o segundo ano do Ensino Médio por volta de 30% dos alunos desistem dos estudos. “As instituições enfrentam limitações para atender às necessidades e interesses dessas várias juventudes que se encontram dentro delas”, analisa Silva (2015) em entrevista para o Observatório do Ensino Médio da UFPR.

Atualmente, segundo o Censo Escolar de 2016 estruturado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o ensino médio é oferecido em 28,3 mil escolas no Brasil, destas 20.040 escolas são responsabilidades do poder público, das quais 19,301 escolas são responsabilidades estadual, 517 federais e 251 municipais. Estas instituições públicas contavam em 2016 com 7,087,00 matrículas, dos quais 1,8 milhões

frequentam o ensino médio noturno. Diante deste cenário do ensino médio regular brasileiro levantado no ano de 2016, de mais de 19 mil escolas e mais de 7 milhões de estudantes cursando o ensino médio, não há registros de políticas públicas de assistência estudantil para estes indivíduos.

O INEP, traz ainda um total de 1.700,712 milhões de alunos de 14 à 17 anos fora da escola em 2016, dados preocupantes, principalmente se associados a taxa de rendimento das escolas públicas do mesmo ano, qual mostra que dos jovens que frequentam o Ensino Médio 13 % reprovam, cerca de 856.110 mil. Quando juntamos os dados temos um número preocupante, cerca de 2,5 milhões de alunos dos 7 milhões abandonaram a escola ou reprovaram durante o ano de 2016, este número pode ser ainda maior considerando que dentro dos 7 milhões citados estão todas as matrículas ativas no ensino médio sem corte de idade e as taxas disponíveis de abandono contam apenas com alunos entre 14 e 17, deixando de contabilizar alunos mais velhos que também abandonam ou reprovam de ano.

Neste contexto, Snyders (2005) *apud* Batista (2009, p.3) mostra que o fracasso escolar é o fracasso da política vigente, destaca-se aqui, a necessidade de então de se repensar as políticas vigentes pensadas para o ensino médio, e principalmente a existência de políticas de assistência estudantil na educação básica como uma tentativa de oportunizar aos jovens melhores condições de além do acesso, terem a oportunidade da permanência e qualidade para frequentar e continuar os seus estudos.

Dayrell (2007, p. 1116) mostra que as escolas públicas de ensino médio no Brasil, até recentemente, eram restritas a jovens das camadas altas e médias da sociedade, com uma certa homogeneidade de habilidades, conhecimentos e de projetos de futuro. A partir da década de 1990, com a sua expansão, passam então a receber um contingente cada vez mais heterogêneo de alunos, marcados pelo contexto de uma sociedade desigual, com altos índices de pobreza e violência, que delimitam os horizontes possíveis de ação dos jovens na sua relação com a escola. Neste contexto os jovens trazem para o interior da escola os conflitos e contradições de uma estrutura social excludente, interferindo nas suas trajetórias escolares e colocando novos desafios à escola. Dayrell (2007, p.1116) ainda completa dizendo que, apesar de várias iniciativas do poder público, não houve ainda uma adequação da estrutura escolar com a nova realidade dos jovens do Brasil, além das estruturas e a própria infraestrutura oferecida, os projetos político pedagógicos ainda não

respondem aos desafios que estão postos para a educação da juventude. “Se a escola se abriu para receber um novo público, ela ainda não se redefiniu internamente, não se reestruturou a ponto de criar pontos de diálogo com os sujeitos e sua realidade.” (DAYRELL, 2007, p.1116).

3 A HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

O início das políticas de assistência estudantil - AE no cenário brasileiro remontam ao período correspondente ao final da República Velha. Segundo Kowalski (2012), a primeira ação de assistência ao estudante do Brasil ocorreu durante o governo de Washington Luís, em 1928, quando foi estabelecida a Casa do Estudante Brasileiro em Paris. Tratava-se de uma residência universitária aos jovens brasileiros que se dirigiam à França para estudar e encontravam dificuldades de moradia no país, com isso o governo brasileiro repassou recursos tanto para a edificação das estruturas como para manutenção da casa e dos estudantes. Nessa época, o acesso ao Ensino Superior era bastante restrito, aberto apenas para as elites brasileiras, as quais tinham a prática de enviar seus filhos para estudar na Europa. Desse modo, observa-se que a assistência estudantil - AE nasce voltada para o atendimento das classes mais abastadas da sociedade, matriculados no ensino superior, em um primeiro momento fora do Brasil.

Já em território nacional a primeira AE nasceu vinculada as primeiras universidades, em 1930. Segundo Santos (2017, p.150) a assistência estudantil veio como um mecanismo de emergência atrelado as exigências da modernização e demandas da escolarização da classe trabalhadora, marcada por auxílio de alimentação e moradia, nascendo então, a Casa do estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, com o objetivo de auxiliar estudantes com maiores dificuldades econômicas a casa era acoplada com um restaurante popular que contou com doações do Governo Federal durante a Era Vargas. Em 1937, a Casa do Estudante no Brasil realizou o 1º Conselho Nacional dos Estudantes e cria a UNE – União Nacional dos Estudantes, fruto de uma tomada de consciência acerca da necessidade de organização e consolidação do projeto de criar a entidade máxima dos estudantes, “em caráter permanente e nacional da participação política estudantil” (POENER, 2004). “Tornando-se um dos principais sujeitos políticos da luta em prol da AE no país.” (DUTRA; SANTOS, 2017).

Já nas Constituições de 1946 e 1967, a educação passou a ser concebida como um direito de todos, e a AE tornou-se obrigatória em todos os sistemas de ensino, conforme o artigo 172: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946). Contudo, destaca-se que na

Constituição de 1967, pela primeira vez, aparece a concepção de se assegurar igualdade de oportunidades, o que explicita o artigo 168: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade [...]” (BRASIL, 1967). No entanto, é com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB/Lei nº 4.024 de 1961 (BRASIL, 1961), que a AE passa a ser compreendida como um direito para todos os estudantes que precisarem, e não mais como uma ajuda, conforme se pode perceber em seus artigos 90 e 91.(KOWALSKI, 2012; NASCIMENTO, 2013; SANTOS, 2017; SILVEIRA, 2012).

Na década de 1960, segundo Nascimento (2013) há um maior amadurecimento da AE no âmbito da sociedade civil, que começou a ganhar mais forças nos movimentos sociais em prol da Reforma Universitária, reivindicando a democratização da Universidade e da sociedade de modo geral. Aqui a UNE desempenhou um importante papel defendendo a Reforma Universitária, dando maior visibilidade ao tema. Em 1964, com o golpe militar a UNE passa a ser perseguida se reestruturando somente a partir do final dos anos 70:

Sua representatividade foi legalmente retirada através da Lei Suplicy de Lacerda passando a atuar na ilegalidade. Apenas no final dos anos 1970, a partir dos primeiros sinais de enfraquecimento do regime militar, a UNE começou a se reestruturar (DUTRA; SANTOS, 2017, P.152)

Na década de 1970, houve então, algumas tentativas de reestruturação da AE em âmbito nacional, como por exemplo, a instituição do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que tinha como objetivo manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional, enfatizando programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. Entretanto, nos governos posteriores o DAE foi extinto (KOWALSKI, 2012; NASCIMENTO, 2013; SANTOS, 2017; SILVEIRA, 2012).

De acordo com Lima (2002, p.4), somente após a reativação da UNE a luta pela AE, sobretudo em prol das moradias estudantis, foi retomada tendo como marco representativo à realização do 1º Encontro de Casas de Estudante, em 1976, no Rio de Janeiro. Observa-se até aqui, que a AE desenvolvida para os estudantes brasileiros, caracterizava-se pela função de subsidiar os custos adicionais dos

estudantes que detinham de condições de ingressar no ensino superior, um privilégio da elite do país.

Já a partir da década de 1980, em decorrência da forte crise econômica enfrentada pelo governo militar, inicia-se no Brasil um novo movimento que conduzirá o país a um processo de redemocratização. Nesse momento, o tema da democratização da educação, particularmente da universidade pública, passa a ser defendido por novos sujeitos políticos, destacando-se o FONAPRACE, criado em 1987, “encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante” (FONAPRACE, 2012, p. 15).

A FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, responsável por assuntos estudantis das instituições de ensino superior, tem por objetivos:

Formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional; assessorar permanentemente a Andifes; participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém; promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados. (FONAPRACE, 2016, 2017).

O público-alvo do FONAPRACE, seriam os estudantes de baixa renda, aqueles considerados em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa perspectiva se mantém no primeiro Plano Nacional de Assistência Estudantil, publicado em 2001, no qual o Fórum propõe a implantação de uma política “que atenda ao estudante de baixa renda, buscando reduzir as desigualdades sociais e permitindo a expressão de seu potencial durante a vida acadêmica” (FONAPRACE, 2001). Começa-se então, a partir dos movimentos sociais estudantis, mesmo já aparecendo como um direito social nas legislações, a criar-se um olhar para a AE como direito e não um favor, apesar de ainda ser seletiva e com um caráter de “bolsificação”, oferecendo auxílio pro transporte, alimentação moradia, entre outros. O que segundo Nascimento (2012, p.172) exclui do debate a necessidade de universalização da política e ampliação de direitos. Silveira (2012) *apud* Borsato (2015, p.6) ainda completa dizendo que essas ações podem caracterizar a AE como

um programa focalizado, o que impede a universalização e reforça a ideia do individualismo e do estudante consumidor.

A respeito da democratização do acesso à educação e garantia de permanência para todos, Meira (2015) e Araújo e Santos (2012) *apud* Kreczkiuski (2016, p.8) indicam que a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) a educação básica passou a ser universal, com igualdade de acesso e permanência para todos, mas declaram que a permanência escolar não é garantida em igualdade para todos os estudantes, propondo então políticas públicas que zelem por essa permanência. Embora, existam algumas medidas governamentais para erradicar a evasão escolar, essas apresentam-se ineficientes para garantir a permanência do aluno na escola. Santos (2017, p.154) Nos fala que a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um importante marco histórico que possibilitou o aprofundamento das discussões em torno da democratização do acesso e permanência nas universidades. Este documento representou um significativo avanço social e político para a sociedade uma vez que, pela primeira vez na história do Brasil, configuraram-se as garantias dos direitos sociais, além de também contemplar o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão. No seu artigo 206 está disposto que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios sendo o primeiro: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). O mesmo texto se apresenta no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, aprovada na década de 1990, oferecendo amparo legal para AE. Tal igualdade seria alcançada mediante uma política efetiva de assistência ao estudante.

Porém, como observamos na história da AE no Brasil, tais políticas vieram se construindo com um caráter focal e de auxílio para os alunos, e, mesmo após lutas de movimentos sociais a AE não se efetivaram como universais e não alcançaram os alunos da educação básica, aqui se tratando do ensino médio.

A partir do histórico da AE no Brasil em diferentes contextos históricos, econômicos e políticos Kowalski (2012, p.34), sintetiza tal história da assistência estudantil em três fases, a primeira fase correspondendo ao longo período, partindo da criação da primeira universidade até o período de “redemocratização” política do país após a ditadura militar, a segunda fase que inicia-se em meio a um espaço favorável para o desenvolvimento de debates e projetos de leis que resultaram em

uma nova configuração da política de AE e a terceira fase, que abarca um período de expansão e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e que segue até os dias de hoje.

Esses diferentes contextos na história da AE no Brasil favoreceram a construção de diversos conceitos, havendo de certo modo uma disputa de perspectivas em torno do que seria considerada uma AE ideal. Dentre os argumentos que circulam nos discursos construídos no percurso da história da assistência ao estudante é possível identificar a oposição entre favor (auxílio) versus direito social:

A luta pela incorporação da assistência ao estudante na agenda da educação do Governo Federal se deu, em grande medida, no embate pela superação de conceitos como o entendimento das ações de assistência ao discente como gasto desnecessário, e também como medida assistencialista, fundamentada na ideia de concessão ou favor. Em oposição a isso, houve um grande empenho por parte dos grupos sociais organizados, sobretudo a UNE e o Fonaprace, em defender uma concepção de AE como investimento e como um direito. (SANTOS, 2017, p. 162.)

Assim, como traz a história, a AE teve dificuldade de construir um conceito para a sua ação, mesmo aparecendo na CF 88 como um dever do Estado ainda é inexistente na educação básica e só “alcançou o status de política pública, no âmbito da educação superior, em 2000” (DUTRA; SANTOS, 2017 p.150) o que fortalece seu distanciamento da concepção de direito social. Sobre esta discussão:

Historicamente, no Brasil, o entendimento da dimensão assistencial no âmbito das políticas sociais sofreu distorções, configurando-se como respostas estatais de caráter emergencial, focalizadas e fragmentadas para o enfrentamento da pobreza, em oposição ao caráter de universalização em que se deveria pautar. Assim, distanciou-se da concepção do direito, refletindo a especificidade da formação social do país fundamentada no clientelismo e práticas assistencialistas (NASCIMENTO, 2012).

Para Leite (2012, p.168) Com essa perspectiva, a assistência social volta a abordar a assistência na sua forma mais manifesta: como ajuda pontual e personalizada aos grupos de maior vulnerabilidade social. Nestas discussões a respeito das características da assistência estudantil como uma ação social é

importante destacar que estas são políticas distintas e que as políticas de assistência estudantil tem a importância de cumprir a lei de acesso e permanência na escola. Para Nascimento (2012), existem equívocos de ordem teórica presentes nas agendas políticas da assistência ao estudante, como compreensão da AE como sendo uma extensão das ações da política de assistência social, e o entendimento das necessidades estudantis como restrito ao plano das necessidades de sobrevivência. Em sua concepção, esses erros são decorrentes da falta de uma maior problematização acerca das noções de assistência e de necessidades no contexto da educação, o que leva a uma fragilização do conceito de AE. “É necessário que a assistência ao estudante seja entendida enquanto política educacional, uma vez que se trata de ações de cunho assistencial desenvolvidas no âmbito da educação.” (DUTRA; SANTOS, 2017 p.165).

Nesta discussão acerca da assistencialização no contexto das políticas educacionais, Nascimento e Arcoverde (2012, p.173) consideram que há semelhanças e confusões nas ações da AE com as da assistência social, sobretudo quando é uma ação com lógica eminentemente emergencial e imediatista voltadas para o atendimento dos estudantes com necessidades de sobrevivência, focalizando os usuários da política, promovendo um atendimento restrito aos estudantes mais pobres. Neste sentido Moraes e Lima (2011) *apud* Nascimento e Arcoverde (2012, p.173) mostram que quando a AE se mostra neste formato de ações focalizadas e emergenciais, atendendo apenas as camadas mais pobres da população, as AE podem ser confundida com atividades realizadas pela caridade institucionalizada perdendo a perspectiva de afirmação e ampliação de direitos sociais.

Com este contexto pode-se diminuir em volta das políticas de assistência estudantil a visibilidade como obrigação do Estado e, como consequência o afastamento da sociedade para cobrar a sua efetivação.

Assim, tratando-se de um direito social que deve ser posta em caráter universal a todos alunos, a AE deve levar em consideração a heterogeneidade do ser humano, o qual deve ser visto como um ser social de direitos e com desejos. Santos (2017, p.170) traz nesse contexto, uma política pública de permanência e formação que atenda às necessidades para a realização de uma vida plena e digna, perpassando por fatores como moradia, alimentação, saúde, lazer, cultura, educação, etc.

Nesse sentido, Vasconcelos (2010) *apud* Dutra e Santos (2017, p.170) afirma que a AE deve transitar em todas as áreas dos direitos humanos, abarcando um conjunto de ações que promovam desde as condições ideais de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos imprescindíveis para a formação profissional nas mais diversas áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como: moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

Por isso é necessário não perder de vista que uma política de assistência ao estudante não pode se limitar a criar e executar mecanismos destinados à população de baixa renda; ela deve, também, se preocupar com princípios de atendimento universal, se entendemos como correta a formulação antes apresentada. (LEITE, 2012, p. 464)

Para Magalhães (2016, p.166) deve-se levar em conta a totalidade dos estudantes, contudo, não de forma homogênea, mas partindo do reconhecimento de que as diferenças devem conduzir à flexibilidade na execução dessa política, de modo a garantir igualdade de oportunidades e efetividade de direitos. “A assistência aos estudantes não pode restringir-se ao combate à pobreza” (SANTOS, 2017, p.167).

Leite (2012, p. 471) compreende que a AE só se efetivará enquanto um direito, afirmando-se definitivamente como uma política pública, quando se organizar através de políticas estruturais que possam ser usufruídas por todo e qualquer discente, sendo financiada total e exclusivamente pelo Estado. Observa-se, então, a necessidade de se pensar em políticas de Estado de assistência estudantil, que quebre com os conceitos históricos construídos em torno do auxílio aos mais desfavorecidos financeiramente e construa assistência universalizada, atendendo a todos os estudantes promovendo condições dos jovens usufruírem de seu direito social.

Segundo Oliveira e Oliveira (2015, p.199) “A educação é um dos direitos mais valiosos de uma sociedade democrática” e é responsabilidade do Estado a garantia de igualdade de oportunidades e também de intervir e combater as desigualdades geradas por sistema econômico que favorece a exclusão. A educação se diferencia então dos outros direitos sociais, pois, além de ser um direito é uma obrigação, na LDB Lei nº 9.394/1996 artigo 4º encontramos a educação como obrigatória dos 4

aos 17 anos, contemplando os jovens que estejam cursando o ensino médio na idade regular, o mesmo artigo traz que é dever do estado garantir o ensino médio, esta compreensão de que é responsabilidade do Estado a garantia de meios para que esse direito alcance todos é fundamental para a consolidação e permanência nas escolas, principalmente se considerarmos as profundas desigualdades e a exclusão em nosso país.

Oliveira e Oliveira (2015, p. 199) mostra que o direito à educação escolar em um regime democrático tem como suporte as legislações que estabelecem como responsabilidade do Estado a garantia de igualdade de oportunidades e, na medida em que se avança nesse direito, é também dele, a responsabilidade de intervir e combater as desigualdades geradas por sistema econômico que favorece a exclusão. A prescrição legal da educação como um direito a coloca como um ponto prioritário nas políticas sociais, principalmente por causa de seu caráter obrigatório, o que a diferencia de outros direitos sociais.

Sabendo que a educação é um direito do cidadão e um dever do Estado e analisando o histórico da AE e do Ensino Médio no Brasil, fica evidente a falta de política de assistência estudantil para estes jovens. Mesmo a partir dos anos 2000, em que houve uma reestruturação do ensino superior no Brasil, contexto que segundo Dutra e Santos (2017, p.156) favoreceu para a AE encontrar maior espaço na agenda do Governo Federal, avançando para tornar-se uma política pública na perspectiva do direito social, nada avançou-se para o Ensino Médio, que continua sem espaço nas agendas de políticas de AE do Brasil.

Borsato (2015, p.2) mostra que a partir do ano 2000 a AE passa a integrar a agenda das políticas educacionais brasileiras, como um dos componentes do processo de democratização da educação superior em curso e ao mesmo tempo, como um importante mecanismo de controle das taxas de retenção e evasão.

Diante desta conjuntura econômica, a política de educação superior adquire posição estratégica no sentido de fortalecer a soberania nacional (soberania econômica no quadro da competição global), combater às desigualdades regionais, articulá-la às necessidades do empresariado industrial nacional, por meio da interiorização, capacitação de mão de obra e fomento ao desenvolvimento tecnológico e, buscando a inclusão social (MACHADO, 2013 *apud* BORSATO, 2015, p.2)

Para Oliveira e Oliveira (2015, p. 200) A permanência do estudante na escola relacionada aos programas e ações de assistência estudantil pode ser compreendida como a promoção de uma participação com maior qualidade dos alunos no ambiente escolar, bem como o seu acesso aos recursos de infraestrutura e pedagógicos disponíveis na instituição de ensino. Borsato (2015, p.9) Compreende também que todos os cidadãos têm o direito de participar dos espaços e processos educativos, para tanto, as políticas educacionais brasileiras devem ser planejadas e executadas com o objetivo de favorecer o pleno acesso e condições de equidade, respondendo, assim, às demandas dos sujeitos sociais.

Segundo Nascimento e Arcoverde (2012, p.174), a construção de uma política de AE, comprometida com a perspectiva da universalidade, requer sua consonância com as reais necessidades dos estudantes, o que exige o envolvimento desses sujeitos no planejamento e avaliação dessa política. As autoras consideram que é necessário para o desenvolvimento de uma política efetiva trabalhar junto aos estudantes/usuários a proposta de elaboração de uma AE que esteja, de fato, comprometida com os interesses de seu público-alvo.

3.1 A RELAÇÃO DA PERMANÊNCIA ESCOLAR COM A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

Segundo Kreczkuski (2016, p.8) A democratização do acesso na educação básica e também o aumento das vagas na educação técnica de nível médio não garantem a permanência dos estudantes nas escolas. É imprescindível então, uma compreensão do que seriam condições de permanência, ou seja, um entendimento de quais seriam as necessidades dos estudantes para não abandonarem os bancos das escolas, entendendo que para garantir o direito a educação é indissociável a permanência do acesso a vaga escolar.

Para Santos (2014, p.2) a assistência estudantil deve ser compreendida como um instrumento de garantia de acesso e permanência na escola, para cumprir com o objetivo deve disponibilizar um conjunto de ações que diminuam as desigualdades entre os estudantes, para que todos consigam possuir êxito na escola e desenvolver suas habilidades e potencialidades. Santos (2014, p.2) ainda afirma que “faz-se

necessário que haja uma política efetiva de assistência que viabilize elementos imprescindíveis ao processo educacional”

Observando o que os pesquisadores e as pesquisadoras citados neste trabalho trazem sobre a AE, observa-se que o ideal de assistência estudantil é alcançar a universalidade quebrando com os padrões de ‘bolsificação’ e auxílio focalizado dentro do direito de acesso e permanência de educação, percebemos então que ainda estamos longe desse patamar, principalmente quando fazemos referência a educação básica, especificamente do ensino médio regular. De acordo com Melo, (1987) *apud* Batista; Souza; Oliveira, (2009), as crianças e jovens em situação de pobreza são as que mais repetem ou abandonam a escola. O direito a educação garantidos em lei, somente possibilita o acesso dessas crianças e jovens na escola, todavia não garante a permanência escolar. Portanto, o abandono escolar causa consequências acadêmicas, sociais e econômicas graves para a sociedade. (ARAÚJO; SANTOS, 2012)

Kreczkuski (2016) realizou uma pesquisa de campo no IFPR – Campus Telêmaco Borba, no ensino médio técnico e profissional, na qual observou que a maioria dos estudantes evadidos não eram contemplados em nenhuma bolsa e/ou auxílio de Assistência Estudantil. Para chegar a este resultado a autora realizou uma análise da totalidade de matrícula da instituição, das evasões ocorridas e da abrangência dos programas junto aos estudantes de 2015, ano em que ela realizou a pesquisa. É importante ressaltar que a pesquisa só foi possível por se trata de uma instituição federal que conta com políticas de assistência estudantil, ao contrário do ensino médio regular, ofertado em sua grande maioria pelo governo estadual.

Ao final de sua pesquisa Kreczkuski (2016), identificou que o número de evasões entre estudantes contemplados pelos programas da Assistência Estudantil é menor em relação às evasões ocorridas entre estudantes não contemplados. Kreczkuski (2016, p.18) “O que pode levar à afirmação de que a Assistência Estudantil pode ser um dos motivos que contribui para a permanência escolar dos estudantes e a redução dos casos de evasão.” A autora ainda conclui a pesquisa mostrando que o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES é uma política pública com uma proposta de combater a evasão escolar, porém, voltada apenas pra instituições federais de ensino e que programas como o PNAES para estudantes de instituições estaduais e municipais, poderiam se mostrar também

eficazes. “Nesse bojo, a assistência estudantil é uma importante política voltada para a promoção da permanência dos estudantes, principalmente daqueles pertencentes à população de baixas condições socioeconômicas”. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, P.208).

Mesmo tendo um caráter de atendimento focalizado o PNAES, como afirma Kreczkuski (2016. p.19), políticas educacionais como esta poderia ser eficaz no ensino médio regular, proporcionando maior qualidade de educação aos jovens, podendo diminuir a taxa de abandono e evasão escolar nesta etapa. O PNAES se fundamenta através de proposições que contemplam as seguintes áreas para o desenvolvimento de ações da AE nas IFES: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX – apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Durante esta pesquisa não foi encontrado nenhum registro de políticas de assistência estudantil pensadas para o ensino médio regular, utilizou-se também, para construção de dados empíricos sobre os frutos da implementação de AE no ensino médio, um estudo feito no CEFET – MG por Oliveira e Oliveira (2015), por se tratar de educação profissional e técnica integrada no ensino médio, foi o que mais se aproximou da realidade do perfil de jovens analisados nesta pesquisa. Podemos observar dois depoimentos de alunos diferentes entrevistados por Oliveira e Oliveira (2015):

“Para mim é total! (referindo-se à importância da bolsa) É ela que me possibilita vir para cá... Porque as passagens de ônibus estão super caras, se não fosse a Bolsa permanência seria muito complicado para a minha família” (Entrevistado 01). “Se não fosse a bolsa eu não teria como estudar aqui” (Estudante 09).”

Diante do exposto, a pesquisa realizada no CEFET revela que 73% dos respondentes compreendem que a bolsa é um aporte financeiro voltado para a garantia de sua permanência na instituição. Oliveira e Oliveira (2015, p.211). Mesmo se tratando de um perfil de AE focalizado, ‘bolsificando’ a assistência social atendendo apenas uma parcela dos jovens estudantes fica evidente a importância da política para a permanência dos jovens nos bancos escolares, não se restringindo apenas ao acesso e a permanência, mas sim qualificando a participação

destes estudantes no ambiente escolar. “Porque a política de direito é justamente isso...é para quebrar o ciclo da exclusão e da miserabilidade. Ela vem nesse sentido e a sociedade precisa entender isso, porque todos pagam impostos (ENTREVISTADA 02. OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p.207).

A pesquisa mostra ainda que o tempo dedicado aos estudos é uma exigência que resulta em um diferencial pedagógico de ordem qualitativa para os estudantes do CEFET-MG, observa-se assim, que os alunos que recebem apoio financeiro passam mais tempo na escola, o que não seria possível sem o auxílio estudantil, segundo Oliveira e Oliveira (2015, p.219) os alunos aproveitam este tempo a mais no ambiente escolar para realizar tarefas de casa, estudar e até mesmo passar mais tempo com seus colegas:

Assim, ao se referirem ao Programa de Bolsas são unânimes na afirmação de que sem o apoio financeiro não poderiam dedicar-se, exclusivamente, aos estudos. Assim, não é de se estranhar que, do universo de 67 bolsistas, 45,97% permaneçam na escola por um período para além das 08 horas diárias obrigatórias. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p.219).

Além da necessidade premente do apoio financeiro para darem continuidade aos estudos no CEFET-MG, os bolsistas explicitam a preocupação que possuem em não comprometerem o orçamento familiar com sua escolarização. Para (Oliveira, Oliveira 2015, p.210) essa é uma variável a ser considerada na compreensão do significado que o suporte financeiro adquire para esses estudantes. Assim, não raramente, eles atribuem à bolsa a sensação de tranquilidade que possuem, pois não teriam “cabeça” para estudarem, por conta da preocupação de se tornarem mais uma “despesa” a comprometer os recursos de seu grupo familiar.

Segundo Andrade, Cavaignac e Santos (2015, p.1) Diante das dificuldades socioeconômicas que atingem a maioria da população brasileira, especialmente os jovens, a efetividade da assistência estudantil como política pública se torna uma exigência para a democratização e para a qualidade da educação no País.

Borsato sobre a AE “Verifica-se, porém, uma tendência da reorganização destas ações de forma focalizada em um público específico, priorizando os auxílios em forma de bolsa.” (BORSATO, 2015, p.10). Segundo Nascimento (2012) *apud* Dutra, Santos (2017, p. 169) na prática há uma prevalência do que a autora chamou de tripé da AE: auxílios financeiros (bolsas), alimentação e moradia. A autora afirma

que isso se justifica pela redução da concepção de necessidades estudantis a necessidades básicas, entendidas como necessidades de sobrevivência, o que está relacionado com a vinculação da AE à política específica de assistência social.

Entre os programas de assistência estudantil de abrangência geral – aqueles a que todos os estudantes têm acesso - destacam-se a oferta de serviços referentes à biblioteca, aos refeitórios, aos laboratórios didáticos, ao ensino de línguas, à inclusão digital, ao acompanhamento psicopedagógico, à participação no desenvolvimento de projetos de pesquisa, bem como ações de acesso à cultura e ao lazer. Quanto aos programas de assistência estudantil, caracterizados como de abrangência específica – aqueles que atendem a grupo específico – destacam-se aqueles que preveem suporte financeiro ou apoio econômico para gastos relativos ao transporte escolar, à moradia, à saúde e à alimentação. FERNANDES (2012) *apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA (2015, p.201) promovendo as condições necessárias que estes estudantes deem continuidade aos seus cursos.

4 O CENÁRIO DO ENSINO MÉDIO REGULAR. UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DO OLHAR DOS JOVENS.

A pesquisa esboça um esforço de compreender a realidade do jovem do ensino médio regular no Brasil, estudando o contexto atual que os indivíduos de 14 a 24 anos estão inseridos. Para a realização da pesquisa foram selecionados dois grupos na faixa etária citada. O primeiro grupo é composto de alunos que reprovaram ou abandonaram e decidiram retornar aos bancos escolares, o segundo grupo fez-se de jovens que abandonaram o ensino médio e ainda não retornaram à escola. A pesquisa se deu por meio de entrevistas gravadas e os grupos estão identificados de duas formas, o primeiro grupo de alunos que frequentam a escola é separado por letras e o segundo grupo, de alunos que desistiram, por números. As entrevistas se deram a partir de um questionário composto de perguntas com a intenção de investigar a situação socioeconômica, trajetória escolar, a impressão que os alunos têm do ensino médio brasileiro, as dificuldades encontradas e possíveis políticas que melhorariam a qualidade de ensino.

Em relação a escola, foi escolhida dentro de um bairro periférico e dos alunos que se encaixavam no perfil da pesquisa foram selecionados jovens com situações socioeconômicas e trajetórias escolares diferentes com fim de observar diferentes realidades, dificuldades e hipóteses. Para o segundo grupo também foram selecionadas realidades socioeconômicas diferentes, com o mesmo objetivo de observar diversas causas e possíveis soluções do primeiro grupo.

Com base nas respostas dos alunos a pesquisa pode levantar suas características, maiores dificuldades enfrentadas no ensino médio e também fora dele pelos jovens que ainda não conseguiram retornar aos bancos escolares, além destes ainda foi possível levantar, a partir da visão destes sujeitos de direitos sociais, quais as maiores necessidades atuais do ensino médio e possíveis assistências estudantil.

4.1 RESULTADO DA PESQUISA

A partir das respostas observou-se que realidade comum a todos os jovens pesquisados foi a na trajetória escolar instável, mesmo os alunos que estão

estudando mostram grande insatisfação e incerteza com sua vida estudantil. Foi possível observar nas respostas da maioria dos entrevistados uma dicotomia entre querer terminar a educação básica para fazer algo futuro, como o ensino superior ou ter melhor condições de trabalho, com uma falta de identificação e interesse pela etapa do ensino médio regular. Mesmo os alunos que desejam maior sucesso na vida após a escola se obtiverem seu diploma do ensino médio não demonstraram estarem seguros se o ganho obtido pelo esforço de completar essa etapa de ensino será devidamente recompensado, em alguns casos os alunos ainda anulam o ensino médio de suas vidas, almejando algo futuro que depende desta etapa ao mesmo tempo que a excluem de seus planos. Estas questões ficam claras nas falas dos estudantes quando observamos uma mesma jovem almejando entrar no ensino superior ao mesmo tempo que cogita abandonar o ensino médio:

“A, terminar tudo e se Deus quiser fazer meus cursinhos e a faculdade né? Quero fazer veterinária.” ALUNA B, 18 ANOS.

“Só não tenho mais paciência sabe? Igual antes, antes eu acordava e pensava “nossa vou pra escola” agora não é a mesma coisa...não tenho mais...Igual agora, eu não tô vindo muito não...só venho.... É raridade vir pra escola.” ALUNA B, 18 ANOS.

Segundo Dayrell, (2007, p.1106) As experiências escolares dos jovens, muitas vezes, evidenciam que a instituição escolar se coloca distante de seus interesses e necessidades, não conseguindo entender nem responder suas reais demandas, pouco contribuindo em suas construções como sujeitos. Entendendo a juventude como um processo social amplo de constituição de sujeitos, com especificidades na vida de cada um, não se reduzindo apenas a uma passagem, mas sim um processo que é influenciado pelo meio social, aqui incluindo a escola, e pela qualidade das trocas sociais que este meio o proporciona.

Para Brenner e Carrano (2014, p.1228) Sendo os jovens com realidades distintas, como classe social, do público frequentador e idealmente concebido por força da histórica ausência dos setores populares da escola secundária ou média, são eles e elas também diferentes entre si demandando um trabalho pedagógico e ético-político para além das práticas de uniformização dos públicos estudantes. A realidade das escolas cobra de instituições e professores a atenção à diferença e os reclamos de singularização das práticas que possam dialogar com os novos jovens

sujeitos que se apresentam na arena pública da escolarização. Ao mesmo tempo que a atual política não acompanha esta realidade e necessidades dos jovens.

Neste contexto das dificuldades internas observamos que nas questões do colégio os entrevistados mostraram uma homogeneidade em suas respostas quanto aos motivos que os fazem desistir de estudar, como desmotivação pelas aulas, falta de incentivo, didática tradicional, a falta de opções extracurriculares com temas diversos e do interesse dos alunos, entre outros. Fazendo com que alguns alunos mesmo matriculados e frequentando à escola se encontrem desmotivados e em situação de desistência escolar.

“...tipo... Se os professores não dessem só aula mas que dessem motivação pros alunos sabe? Tipo dar motivação pra estudar cada vez mais...tipo...cada vez mais pro seu futuro ser melhor sabe? ALUNO G, 16 ANOS.

“...Minha maior dificuldade é dentro de sala de aula...tipo ler na sala eu não consigo, ler em casa eu leio muito bem, mas ter que ler um livro na sala é um pouco complicado pra mim, eu não funciona...é difícil a concentração pra mim no ambiente sabe? ALUNO D 16 ANOS.

“A não sei dizer, só desanimou.” ALUNO A, 17 ANOS.

“A eu queria fazer a faculdade de engenharia civil, pretendo né... Mas eu não sei se eu vou conseguir com essas notas que eu tenho assim... Essa falta de interesse que eu to tento.” ALUNO E, 17 ANOS.

“O aluno as vezes vai simplesmente pra matar aula quando é de menor e quando é de maior ele não quer nem saber porque não tem aquela vontade, teria que ter um incentivo do governo que seja...do Estado...teria que incentivar as pessoas as estudarem porque eles acham que é simplesmente construir uma escola, ceder o dinheiro e pronto, não, não é só isso.... Tem que incentivar. Tem muita gente hoje que não estudou e se arrepende, mas não volta porque não tem incentivo...Se tivesse uma boa estrutura e incentivo que é o básico já era suficiente.” EX ALUNO 1, 19 ANOS.

Quanto as questões externas ao colégio nos dois grupos os motivos mais citados como dificultador na sua vivência escolar foi o trabalho, falta de tempo que o mesmo causa e dentre os alunos mais velhos foi citado também a família como um influenciador significativo, não reduzindo suas trajetórias e dificuldades apenas aos espaços escolares, mas também ao trabalho, tempo, a necessidade de ganhar dinheiro e em alguns casos ajudar a família:

“Aí agora (ensino médio) eu desisti assim... Porque... Queria festa, queria saber de dinheiro. Eu dou aula de capoeira e se fosse pra eu dar aula de capoeira tinha que ser de manhã e de tarde e os treinos eram a noite... e festa é a noite né? Então...” ALUNA B, 18 ANOS.

“... Quase não tenho muito tempo pra estudar sabe? Eu trabalho a tarde e as vezes a noite quando eu faço hora extra... Saio do colégio e vou direto pro trabalho, almoço em casa...eu começo trabalhar uma hora da tarde e meu horário é até as seis...as vezes faço extra...dificulta muito eu chego do trabalho muito cansado e se tem algum trabalho da escola assim aí eu não consigo fazer e eu tenho que fazer na sala” ALUNO C, 16 ANOS.

Alguns alunos ainda citam necessidades referentes a sua saúde, todos dependiam do SUS – Sistema Único de Saúde, um dos alunos comentou sobre seu problema de visão, o jovem ainda relata que como dependia do serviço público ficou um bimestre inteiro sem conseguir enxergar na sala esperando uma consulta:

“...Foi o ano em que a minha visão começou a embaralhar, então eu não enxergava nada no quadro, então no meio do ano eu já não tinha mais interesse em estudar, eu só consegui a consulta no oftalmologista no final do ano, coisa pública né...” ALUNO D, 16 ANOS.

No segundo grupo, dos jovens que abandonaram a escola, quando questionados sobre possível retorno para a escola, os obstáculos mais citados para não voltar a estudar foi a vida profissional ativa, seguido do tempo e família:

“...No meu serviço eu pedi pra trocar de turno e voltar pro meu antigo colégio só que eu estava tendo problema de saúde e tive que abandonar o colégio até pela minha saúde...pra poder trabalhar porque hoje em dia você pensa ou trabalha ou estuda e eu optei por trabalhar” EX ALUNO 1 19 ANOS.

“...Eu larguei aquela época foi por causa do trabalho...eu comecei a trabalhar e passei o trabalho na frente dos estudos e não deu pra estudar mais.... E até hoje é por causa do trabalho.”. EX ALUNO 2, 20 ANOS.

“Ah eu penso em voltar sim...quero terminar, penso em fazer uma faculdade...só que a gente trabalha, é muita responsabilidade, família...casamento...gera todo um motivo, daí tempo é complicado...sei lá... Mas eu queria voltar sim.” EX ALUNO 3, 24 ANOS.

Segundo Sposito e Souza (2013, p.43) a qualidade da escola se define pela sua capacidade de absorver e de manter o maior contingente possível de jovens que possam cultivar uma relação significativa com a escola, porém com base nas declarações dos estudantes nas entrevistas, parece que atual estrutura política da escola e o ensino médio tornou estudar e o aprendizado algo excruciante para parte considerável dos alunos. Para Soares, Fernandes, Nóbrega e Nicolella (2015, P.770) de imediato, fazem-se necessárias políticas que reduzam a reprovação no ensino fundamental e médio e que, conseqüentemente, melhorem o fluxo escolar. Essas políticas devem ser baseadas não na menor exigência para a promoção escolar, mas na recuperação contínua e eficaz dos níveis de habilidades cognitivas dos alunos nas diversas disciplinas e no aumento da motivação para a conclusão das etapas escolares. O aluno precisa sentir que está aprendendo e que esse aprendizado lhe trará algum benefício em sua vida.

É possível observa-se que o gargalo identificado pelos jovens entrevistados no que diz respeito a continuidade e conclusão dos estudos não podem ser reduzidas a aspectos estritamente escolares, fica evidente uma dicotomia entre fatores internos e externos. Além disso, Soares, Fernandes, Nóbrega e Nicolella (2015, p.760) mostram que esses fatores podem variar de acordo com idade, série e grupo socioeconômico a que pertence o aluno. Para Bourdieu (1998) *apud* Soares, Fernandes, Nóbrega e Nicolella (2015, p.760), entre os fatores externos excludentes, podem-se incluir: o trabalho, as desigualdades sociais, a gravidez, a necessidade de cuidar de familiares. Já no tocante aos fatores internos, tem-se a diferença de linguagem dos atores escolares, atitudes dos professores, características da direção, o programa pedagógico da escola, entre outros. Indo de encontro com o que Bourdieu nos traz, quando questionados sobre o que poderia ser diferente a maioria dos entrevistados responderam sobre a estrutura do colégio, a postura dos professores e a dificuldade de se identificar com o ensino médio, não o reconhecendo como uma etapa importante de suas vidas.

Uma grande questão a ser levantada aqui é de qual forma seria possível proporcionar a motivação dos alunos, já que este é a resposta citada pela maioria dos jovens como agravante para reprovar e abandonar os estudos.

Um ponto importante da entrevista foi quando os jovens foram indagados a falar sobre quais possíveis ações políticas poderiam acontecer para ajudar a

selecionar as dificuldades que eles citaram anteriormente. Ao serem questionados sobre quais políticas de assistência estudantil poderiam ser ofertadas, observou-se um distanciamento dos jovens com o reconhecimento deles como sujeitos de direitos, alguns jovens não souberam responder esta questão mesmo comentando sobre o que eles sentiam como dificuldades como alunos e ex-alunos do ensino médio. Outros, mesmo reconhecendo e vivenciando dificuldades para continuar estudando ainda não se sentiram seguros para posicionar sua opinião sobre as ações governamentais. Claramente existem uma falta de oportunidades de os alunos conhecerem seus direitos como sujeitos sociais e, neste caso, principalmente como alunos de uma etapa obrigatória da educação básica.

Contudo, apesar da insegurança e uma dificuldade de apropriar-se de seu papel de aluno, jovem e ser de direito alguns entrevistados arriscaram-se comentando suas necessidades:

“A...eles poderiam ajudar mais, tipo...fazer uns cursinho, dá uma ‘empurradinha’, porque ultimamente tá difícil ‘eles’ não ajudam quase nada... Poderiam fazer bastante palestra, porque igual minha mãe...minha mãe também abandonou, poxa podia ter alguma coisa aqui na vila mesmo, aqui na vila não tem nada, só é aula mesmo de manhã a tarde e à noite e acabou...” ALUNA B, 18 ANOS.

“A pra mim eu acho que o governo poderia ajudar sabe? Da cartão transporte sabe? Esses negócios assim eles poderiam ajudar... A uma coisa que poderia ajudar também na coisa do material, uma coisa que gasta demais...caderno, caneta...isso gasta demais...acho que nisso poderia ajudar. Acho que poderia melhor várias coisas, mas pra mim poderia melhorar os professores que as vezes não explicam direito...essas coisas.” ALUNO G, 16 ANOS

“Acho que uma ajuda com uma bolsa, alguma coisa assim...passagens, alguma forma de ajudar o gasto que as vezes o aluno tem e não tem condições de manter...não pode dar tudo na mão, tem que correr atrás de alguma coisa também né?” EX ALUNO 3, 24 ANOS.

“A tipo eles incentivarem mais assim , porque hoje em dia os estudos no Brasil é tudo muito largado, eles não incentivam a estudar nada assim, só...ah podia criar uns programas pros alunos se inspirarem a estudar tipo você estuda e ajuda a fazer curso e trabalhar, aí o cara já ia se inspirar porque ele ia estar trabalhando e ganhando o dele, já ia se inspirar pra fazer alguma coisa”. ALUNO A, 17 ANOS.

Apesar da homogeneidade das respostas dos jovens quantos aos problemas do ensino médio uma questão interessante que foi levantada sobre possíveis

assistências estudantis chamou a atenção durante a pesquisa, o tratamento terapêutico para os alunos e professores que dele necessitarem:

“Assim, talvez alguma coisa aqui com motivação assim, eu acho que as pessoas desanimam, as pessoas que eu conheço quando reprovam o ano ficam total desmotivado pra continuar, fica com a auto estima baixa, se sente burro sabe? Talvez uma coisa psicológica, se o governo oferecesse psicóloga pra cada colégio pra ajudar com algumas situações”. ALUNO D, 16 ANOS.

“Cara, eu não sei mano se existe, mas se não existe eu acho que deveria existir a terapia para os próprios professores também, cara eu digo por mim...tem muitos professores que me desinteressam bastante dentro da sala de aula, tem uns professores que parece que vai dar aula com má vontade sabe? Chega assim uma professora que ela chega pra dar aula e não explica nada só fala assim “livro...exercício tal” entende? A má vontade entende? O aluno tem que ter interesse de aprender mas o professor também tem que ter o interesse de ensinar...quando o aluno levanta a mão...tem professor que...porque eu gosto de falar bastante durante as aulas e tem professor que eu levanto a mão e fico lá, ele pega olha pra mim e finge que não está vendo...acho que a má vontade dos professores também conta. Acho que uma terapia pra eles....porque não vamos julgar também, deve ser difícil pra eles a correria de ter que dar aulas por dia, eles também são seres humanos e tem os problemas deles, então se tivesse uma terapia pra eles seria melhor e também pros alunos que também tem seus problemas em casa e que no caso influencia bastante no colégio.” ALUNO H, 18 ANOS.

A partir de respostas como estas, foi possível confirmar que os problemas dos jovens em idade de ensino médio vão muito além de seus papéis como alunos, cabe aqui o reconhecimento do jovem dentro do aluno, seres com dificuldades sociais além das educacionais. Só a partir do reconhecimento do ser social presente dentro do aluno que será possível constituir-se políticas que vão além da sala de aula e que possam trazer o aluno como protagonista de sua construção social e não apesar ser que frequenta bancos escolares que serve de gangorra para uma próxima etapa mais significativa em sua vida, seja ela o ensino superior ou sua vida profissional.

Para Pereira e Lopes, (2016, p.203) o perfil do aluno tem mudado e junto as demandas trazidas para uma escolarização de qualidade, as autoras ainda afirmam que a atual escola do ensino médio vive em uma situação de contradição entre o que a sociedade espera da escola e o que a escola tem sido capaz de oferecer aos jovens.

Saviani (1997) defende o pressuposto de que a educação hoje não pode mais conduzir-se somente como acadêmica ou profissionalizante, já que desse modo estaria formando um homem parcial e limitado, dado que a revolução técnico-científica supera as especializações convencionais, exigindo pessoas com aprofundada cultura geral e tecnológica, com capacidade para dominar processos produtivos complexos. Para atender a essa demanda, as escolas devem ser de um tipo único e assegurar os conhecimentos indispensáveis ao entendimento do homem em todas as suas dimensões

Apesar de um grande distanciamento dos entrevistados sobre seu reconhecimento como sujeito de direito e a falta de conhecimento sobre quais destes estão sendo anulados na etapa do ensino médio é perceptível também um novo contexto de juventude, uma juventude que se preocupa com seu futuro, ao mesmo tempo que se mantém desanimados pela falta de motivação e oportunidades, que tem como consequência a escola como um futuro promissor para os jovens, como uma promessa de um caminho para o ensino superior ou uma vida profissional melhor ao mesmo tempo que o atual papel que eles exercem não supre a necessidade de sentido do cotidiano que vivenciam.

Uma outra questão que chamou a atenção quando questionados sobre possíveis ações que pudessem contribuir para sanar suas angústias e os problemas que os alunos do ensino médio que foram citados, quando os jovens foram instigados a falar sobre de qual forma a política poderia dar assistência para melhorar qualidade de acesso e permanência nos estudos o primeiro grupo levantou dentre as questões melhorar a estrutura do colégio, qualidade no ensino, ajuda financeira para transporte, materiais e alimentação, aulas de esportes, música, etc., e até mesmo a terapia para os alunos e professores. Já o segundo grupo dos jovens citou educação mais flexível com os horários e até mesmo a distância, reforçando que não poderiam parar de trabalhar.

“..eu acho que a gente esta numa geração digital, talvez a política implementando uma nova forma de ensino, parecido com algumas faculdades fazem...semi presencial, ter a possibilidade de você estudar em casa, claro que isso não resolve 100 % porque a política em si não vai resolver sozinha...isso exige...isso tem que ter um equilíbrio, tem que ter 50% da política querer fazer e 50% do aluno querer estudar, mas eu acredito que...iria dar uma melhorada na educação porque o aluno poderia estudar em casa e fazer algumas aulas presenciais, não aquelas aulas segunda à sexta manhã inteira entendeu? Fazer algumas aulas na escola e algumas aulas digitais em casa entende? Eu acho que seria uma possibilidade de melhorar,

acho que os jovens eles se dedicariam um pouco mais, não iria ter aquela responsabilidade tamanha de passar 4 a 5 horas em uma sala de aula de segunda à sexta....claro que depende do aluno separar um tempo pra estudar, mas eu acho que ele ganharia tempo pra fazer algumas outras coisas, trabalhar....concluir e fazer alguns outros compromissos que a maioria dos jovens tem. EX ALUNO 4, 24 ANOS.

“Eu acho que a escola deveria ter uns horários mais flexíveis para quem trabalha...um sistema semanal que poderia ir mais vezes pra escola...tem conteúdos também na internet...acho que a escola poderia ser mais flexível com quem trabalha, sei lá...acho que é isso. EX ALUNO 3, 24 ANOS.

Outra questão bastante levantada pelo segundo grupo foi o estágio vinculado com os estudos:

“Se tivesse um programa de estágio.... Ter mais estágios pros alunos iria ajudar bastante porque daí poderíamos trabalhar menos horas, ter dinheiro e conciliar estudo, trabalho e a vida pessoal. EX ALUNO 1, 19 ANOS.

É nítida a preocupação dos entrevistados dos dois grupos com sua vida financeira quando questionados sobre suas prioridades:

“... Estudar minha mãe não deixa eu parar, trabalhar também porque eu preciso de dinheiro né? Eu não vou ficar sendo sustentado pela minha mãe o resto da minha vida. ALUNO E, 17 ANOS.

Neste contexto da vida profissional do jovem Dayrell (2007, p.1109) mostra que para grande parcela de jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo. Mas isso não significa, necessariamente, o abandono da escola, apesar de influenciar no seu percurso escolar. As relações entre o trabalho e o estudo são variadas e complexas e não se esgotam na oposição entre os termos. Para os jovens, a escola e o trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas, de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil. Nesse sentido, o mundo do trabalho aparece como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil, podendo-se afirmar que “o trabalho também faz a juventude”, mesmo considerando a diversidade existente de situações e posturas por parte dos jovens em relação ao trabalho.

A atual realidade do ensino médio no Brasil produz uma ideia de democratização da escola, possibilitando aos jovens o acesso a matrícula, o grande problema é que a mesma escola que inclui o jovem o exclui depois, já que, não oferta condições de permanência e de qualidade causando grandes taxas de abandono e repetência, por meio das respostas dos alunos observamos ainda uma grande desmotivação o que podemos chamar de abandono mesmo estando com sua matrícula ativa. Nesse sentido Dubet (2011, p.73) diz que a massificação da escola, e a ideologia de democratização ao acesso fez com que a “causa” das desigualdades educacionais se deslocasse da sociedade para os indivíduos. Entendendo que se existe a possibilidade de matricular-se no colégio é de total responsabilidade do jovem conseguir permanecer nele, negando o histórico de desigualdade educacional presente no Brasil, a falta de olhar político para o ensino médio e a ausência de políticas educacionais para estes jovens.

Assim, a culpa do indivíduo pelo seu fracasso passa a ser um fato e a experiência escolar dos jovens fica marcada por um sentimento de sempre promover uma desvalorização. Nesse contexto, talvez os entrevistados, ao participarem da pesquisa, tenham reproduzido o que a sociedade estereotipou para o papel do jovem aluno. Assumindo a culpa pelo fracasso escolar, falta de ânimo para ir à escola e não dando sentido quando questionados quanto ao papel do Estado com eles. Com isso, uma das hipóteses é que estes jovens responderam o que a sociedade esperava que eles respondessem, assumindo que não sentem vontade de permanecer e/ou voltar para a escola, mas em grande maioria sem questionar-se sobre os motivos internos da educação que os levaram a desistir da vida educacional.

5 CONCLUSÕES

Observamos, a partir de pesquisas históricas da origem do ensino médio e das desigualdades em que ele foi se construindo, os contextos que se deu a assistência estudantil no Brasil e a sua ausência no ensino médio regular, que esta etapa da educação básica que se faz direito do cidadão e dever do Estado apresenta muitas contradições. É possível observar políticas mal estruturadas com financiamentos insuficientes para o ensino médio e estratégias que falharam durante o processo de universalização do mesmo, como a consolidação do ensino médio noturno com um currículo mal estruturado e baixa qualidade educacional. Desde que o ensino médio se tornou obrigatório ficou evidente a preocupação com a condição do acesso do aluno à escola, porém as políticas pensadas para a qualidade da educação destes jovens não acompanharam o aumento das taxas de matrículas, tendo como consequência altas taxas de abandono e reprovação de jovens que não encontraram dentro do colégio um espaço pensado para eles.

Considerando a conquista do ensino médio como um direito e o aumento das taxas de matrículas, as escolas começaram a receber cada vez mais um número maior de alunos e por sua vez encontrou-se em um ambiente cada vez mais heterogêneo. Porém neste mesmo contexto manteve-se a mesma estrutura da escola tradicional, ausente de políticas de assistência estudantil e despreparada para reconhecer a diversidade das juventudes e suas necessidades.

Assim a crise pela qual o ensino médio vem passando também é consequência de uma escola que não reconhece as juventudes dentro dos jovens e dentro do seu papel social de aluno, paralelo a isto não acompanha as novas demandas destas juventudes, tendo como consequência o distanciamento e a falta de conhecimento das realidades dos indivíduos que são atendidos nesta etapa. O jovem do ensino médio não é protagonista em sua vida estudantil e não é olhado pelas políticas educacionais no Brasil, mais especificamente aqui falando da assistência estudantil, ou de sua ausência na vida destes jovens.

Durante as entrevistas o que se mostrou foi um jovem que por não ser reconhecido como sujeito de direitos sociais, vez e voz, também não se reconhece e, por mais que perceba suas dificuldades educacionais, sociais, financeiras, culturais, etc., ainda assim possui dificuldade de colocar e cobrar seus direitos como alunos. Por vez, quando questionados sobre o que eles precisariam para continuar

estudando, alguns arriscaram questionando a necessidade de auxílio transporte, uniformes, materiais, em alguns casos alimentação e tratamento terapêutico. Porém fica evidente a auto responsabilização pelo fracasso do ensino médio quando afirmam que o jovem que precisa se esforçar mais, mesmo muitos assumindo um desânimo em ir para a escola apesar de terem começado sua vida estudantil motivados.

A partir do estudo histórico do ensino médio e da assistência estudantil no Brasil pode-se constatar um cenário mal estruturado para garantir a qualidade e permanência do jovem nos bancos escolares somado com uma ausência de assistência estudantil para o ensino médio regular. Junto a estas questões percebe-se ainda uma escola tradicional que não reconhece o jovem como sujeito de direitos e este por sua vez reproduz um papel de aluno que não reconhece seus direitos e com isso não gera demanda ao Estado.

Uma das hipóteses desta pesquisa após a realização das entrevistas com os alunos é que o ensino médio está vivendo uma crise causada por mudanças em leis, diretrizes, constituição, mas que não foram acompanhadas por políticas públicas de qualidade, financiamento e principalmente, o conhecimento e aproximação do público a ser atendido, causando assim um conflito entre o que é direito do aluno versus o que lhe é ofertado, estes que por sua vez, em grande maioria, ainda não se reconhecem como merecedores do olhar político na construção de políticas educacionais causando um conflito entre saber as dificuldades que enfrentam para ir à escola ao mesmo tempo que se auto apontam como principais agentes do fracasso escolar no ensino médio.

Outra questão a ser levantada é a real necessidade da assistência estudantil após a análise feita com base na comparação do ensino médio ofertado na rede federal que conta com a AE versus o médio regular que não conta com a mesma assistência. No primeiro caso observamos depoimentos positivos de jovens que usufruem da política, já no segundo caso percebemos jovens desanimados, saindo dos bancos escolares em busca de ganhos financeiros e que pontuam que o dinheiro para o transporte, alimentação e até mesmo materiais para estudos fazem diferença nos orçamentos de suas famílias. Alguns alunos ainda comentam a necessidade de cursos, palestras e até mesmo auxílio para tratamento psicológico, mostrando que as atuais juventudes presentes em nossa sociedade vêm preocupando-se além do conhecimento formal e profissionalizante e a escola não

está preparada para recebê-los. Com isso, a baixa qualidade da educação ofertada a estes jovens não é capaz de absorver as suas demandas sociais.

Após a reflexão desta pesquisa fica o questionamento sobre a importância da consolidação da AE para os jovens do ensino médio regular a conscientização destes alunos para que se entendam como sujeitos de direitos e a importância da luta social para criar demandas políticas e consolidar seus direitos. Além destes é importante a reflexão sobre o conceito da Assistência Estudantil, sendo importante compreendê-la como um direito e por sua vez não pode ser de caráter focal e sim universal, oferecendo assistência a todos os estudantes e não apenas aos que se encontram em situação baixa renda, observando que a lei traz a educação básica como um direito de todos sem distinção.

É importante compreender qual o papel da educação, a obrigação do Estado e os direitos dos jovens para entender assim a necessidade da assistência estudantil no ensino médio regular. Durante muito tempo a preocupação com a educação voltou-se para o acesso, deixando de lado o percurso escolar e a sua qualidade, jogando a responsabilidade do fracasso escolar somente em cima do indivíduo que estava matriculado na escola, esquecendo que nas DCN'S – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação básica encontramos a responsabilização do poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia de questões como igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola e garantia de padrão de qualidade.

Com tudo, foi possível constatar que a grande maioria dos alunos possui dificuldades financeiras para se manter no colégio durante o ensino médio, devido aos gastos com materiais, uniformes, alimentação, transporte, entre outros, junto com maior afastamento do auxílio financeiro dos familiares nesta faixa etária que se encontram. Nestas circunstâncias, muitos jovens iniciam suas vidas financeiras precocemente, muitas vezes em empregos informais que não garantem seus direitos trabalhistas e que os levam a optar por sair da escola quando se veem sem tempo, motivação e disposição para exercerem tantos papéis sociais e ainda assim manterem a sua saúde física e mental, suas relações com amigos e familiares e momentos de lazer.

A principal hipótese levantada ao final desta pesquisa, ainda mais comparando dados de evasão de alunos de rede federal com o ensino básico, é que se colocarmos estes jovens como protagonistas da fase social qual está passando,

como sujeito de direitos e deveres e incluirmos as juventudes nas pautas políticas aumentando a visibilidade de realidade social na qual estes jovens estão inseridos estaremos preparando a escola para saber receber essa diversidade de jovens qual estão recebendo. Para além disto, a visibilidade do jovem na sociedade permitiria a construção de políticas de assistência estudantil que conseguisse atingir as reais necessidades educacionais, sociais, culturais e financeiras destes alunos, que traria como consequência uma educação com maior qualidade, podendo promover e resgatar a motivação do aluno e como resultado a diminuição das taxas preocupantes de abandono e reprovação no ensino médio.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. R. B; CAVAINAC, M. D; SANTOS, G. P. G. A política de assistência estudantil em debate: do ingresso à permanência no ensino superior. **VII Jornada de Políticas Públicas**. Cidade Universitária de UFMA São Luís/ Maranhão. 2015.

ARAÚJO, C.F; SANTOS, R.A. A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam evasão escolar. **International Congress University – Industry Cooperation**. São Paulo: Taubaté. 2012.

ARCOVERDE, A. C. B; NASCIMENTO, C. M. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. **FONAPRACE : Revista Comemorativa 25 Anos : histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, 2012.** Mina Gerais. Disponível em <http://www.arcus-ufpe.com/files/artgfonaprace.pdf>. Acesso em 20 mai 2018.

BATISTA, S. D; SOUZA, A. L.; OLIVEIRA, J. M. S. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. **Revista profissão docente. V. 9, nº 19.** 2009. Disponível em <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/229>. Acesso em 02 jun 2018.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI. Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BORSATO, F.P. A assistência estudantil no contexto da “democratização” da educação superior brasileira. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Cidade Universitária de UFMA São Luís/ Maranhão. 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p

CARRANO, P. C. R; SPOSITO, M. P. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. 2003.

Censo Escolar 2016. Disponível em: Acesso em: 03/ 04/2018

Constituição, história, Brasil. I. Brito, Luiz Navarro de. II. Baleeiro, Aliomar. III. Brasil. [Constituição (1967)]. IV. Série.

Constituição, história, Brasil. I. Lima Sobrinho, Barbosa. II. Brasil. [Constituição (1946)]. III. Série

DAYRELL, J. A ESCOLA “FAZ” AS JUVENTUDES? REFLEXÕES EM TORNO DA SOCIALIZAÇÃO JUVENIL. **Simpósio Internacional “Ciutat.edu: nuevos retos, nuevos compromissos”**. Barcelona, 2007.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, v.25, n. 94. Rio de Janeiro, 2017.

Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010.** Diário Oficial da União, 20 jul. 2010.

Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Diário Oficial da União. 25 abr. 2007.

FONAPRACE. Disponível em: Acesso em 29 de maio 2016.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

KRECZKIUSKIA. F. S. **Contribuição do programa nacional de assistência estudantil no combate à evasão escolar no Instituto Federal Do Paraná – Campus Telêmaco Borba.** Universidade Federal do Paraná. 2016.

LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

Lei nº 8.742, de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, 8 dez. 1993.

LEITE, J. L. Política de assistência estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **Ser Social**, v 14, n.31. 2012.

LEITE, J. L. Política de assistência estudantil: entre o direito e o favor. **Universidade e Sociedade**, v. 27, n. 41. 2008.

LIMA, C. P. N. A arte da participação e a participação da arte: Uma experiência nas casas de estudantes universitárias da UFPE. **Revista Serviço Social em Revista**. 2002. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_carla.htm. Acesso em 25 mar 2018.

NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. In: **FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012.

NASCIMENTO, C. M. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11438>. Acesso em 05 abr 2018.

Observatório do ensino médio da Universidade Federal do Paraná. – UFPR. Disponível em <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/>. Acesso: 02 de mai de 2018

OLIVEIRA, G. E.; OLIVEIRA, M. R. N. S. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET, Belo Horizonte, MG, Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3. 2015.

Plano Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF, 2007.

SILVA, M. R.; OLIVEIRA, R. G. (orgs). **Juventude e Ensino Médio: sentidos e significados da experiência escolar**. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2016.

SOTSKI, P.; GELBCKE, V.R. Juventudes e escola: os distanciamentos e as aproximações entre os jovens e o ensino médio. In: **Juventudes e Ensino Médio: Sentidos e significados da experiência escolas**. Curitiba : UFPR Setor de Educação. 2016.

SAVIANI, Demerval. **A Nova LDB da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SILVA, M. R. O ensino médio como um campo de disputas: interfaces entre políticas educacionais e movimentos sociais. **XI ANPED SUL**. UFPR, Curitiba. 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2-Ensino-M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 24 mai 2018.

TORRES, H. G; FRANÇA, D.; TEIXEIRA, J.; CAMELO, R.; FUSARO, E.; O QUE PENSAM OS JOVENS DE BAIXA RENDA SOBRE A ESCOLA. **Estudos e Pesquisas educacionais. CEPRABT- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento**. 2013.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com Juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

VASCONCELOS, Natália B. Revista da Católica, Uberlândia. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3**. 2010.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em Revista, v. 17, n. 2**. 2010.

